**COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO PIAUÍ**

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 002/2019**

A COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB, por meio de sua Superintendência Regional do Piauí, CNPJ 26.461.699/0386-68 , na forma da legislação vigente, torna público que estará credenciando **pessoas jurídicas** para a Campanha da Vacina Influenza discriminados no objeto do presente Edital, observadas as condições constantes dos itens seguintes, discriminados no Termo de Referência e demais disposições constantes no presente Edital, disponível em https:[//www.conab.gov.br/index.php/licitacoes-e-](http://www.conab.gov.br/index.php/licitacoes-e-)contratos/editais-de-chamamento sendo o regime de execução por empreitada por preço unitário.

**Integram este Edital, independentemente de transcrição, os anexos listados abaixo:**

|  |  |
| --- | --- |
| ANEXO I | TERMO DE REFERÊNCIA |
|  | ANEXO I | MATRIZ DE RISCO |
|  | ANEXO II | MINUTA DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO |
|  | ANEXO III | MINUTA DE DECLARAÇÃO DE INABILITAÇÃO |
|  | ANEXO IV | MINUTA DE CARTA DE APRESENTAÇÃO |
|  | ANEXO V | MINUTA DE CONTRATO |
|  | ANEXO VI | MINUTA DE AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO |
|  | ANEXO VII | DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO |
|  | ANEXO VIII | DECLARAÇÃO DE QUE NÃO CONTRATA MENOR DE 18 ANOS |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | ANEXO IX | DECLARAÇÃO DE FATO SUPERVENIENTE |
|  | ANEXO X | MINUTA DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO |
|  | ANEXO XI | DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO |

1. **OBJETO**
	1. O presente Edital de Chamamento Público tem por objeto o credenciamento, por meio de Inexigibilidade de Licitação, de estabelecimentos de saúde (consultórios, clínicas de Imunização) para prestação de serviços de vacinação contra Influenza, com sede ou filial em Teresina, Picos, Parnaíba e Floriano, **exclusivamente aos TITULARES**, beneficiários do Serviço de Assistência à Saúde – SAS, com as regras de negócio; com as leis, normas e resoluções aplicáveis do setor de saúde suplementar; com os Votos da Diretoria Executiva da CONAB; e com o presente Termo de Referência, além da Declaração de Habilitação e do Instrumento Contratual, firmado com a CONAB, observada ainda as situações definidas no **Item 4** do Termo de Referência (AnexoI).
2. **DA JUSTIFICATIVA**
	1. Considerando que o Acordo Coletivo de Trabalho 2017/2019, aprovou em sua cláusula trigésima oitava, parágrafo 15, que a Conab promoverá gratuitamente, até o 1° semestre de cada ano, a todos os empregados a vacinação contra a Influenza sazonal;
	2. Considerando que a finalidade precípua do SAS é promover os benefícios da Companhia e uma qualidade de vida aos empregados voltada para o bem estar e atendimento das necessidades de natureza médica e de assistência social dos empregados, sem finalidade lucrativa, agindo de forma preventiva.
	3. Considerando que a Sureg/PI conta atualmente com 164 (cento e sessenta e quatro) empregados que necessitam dos serviços de vacinação prestados pela rede contratada;
	4. Considerando que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária publicou as especificações da vacina na **RESOLUÇÃO RE Nº 2.714, DE 4 DE OUTUBRO DE 2018;**
	5. Constatou-se a necessidade de credenciamento dos serviços de consultórios ou clínicas de Imunização que disponham da Vacina contra Influenza, objeto deste Edital de Chamamento Público, para prestação de assistência e ato vacinal, **exclusivamente aos TITULARES**, nos termos a seguir dispostos;
3. **OBJETIVO**
	1. Providenciar o credenciamento de clínicas de imunização, interessadas em prestar serviços aos empregados da Companhia, na cidade de Teresina, Picos, Parnaíba e Floriano.
4. **DA PARTICIPAÇÃO**
	1. Somente poderão participar deste Edital de Credenciamento, os interessados que preencherem os critérios estabelecidos no **Item 7 –DA HABILITAÇÃO**, restando excluídos aqueles contemplados no **Item 32 – DAS VEDAÇÕES**, ambos do TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I).
5. **DAS PROPOSTAS**
	1. Deverão conter, em especial, as seguintes informações:
		1. as especificações detalhadas dos serviços;
		2. os seguintes dados da Proponente: Razão Social, endereço,telefone/fax, número do CNPJ, banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento;
		3. declaração expressa de que aceita os termos do Edital e seus anexos, inclusive no que se refere ao preços, prazos e obrigações estabelecidos na MINUTA DE CARTA DE APRESENTAÇÃO – ANEXO IV, do TERMO DE REFERÊNCIA, mediante preenchimento minuta;
		4. em caso de procuração, a mesma deverá ser passada em cartório e conter autorização específica para tanto.
6. **DO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO**
	1. **Período:** a apresentação dos documentos dar-se-á no período compreendido entre a publicação do Edital de Credenciamento nº 002/2019 até 45 (quarenta e cinco) dias úteis da publicação, de segunda-feira a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h às 17h, mediante preenchimento da MINUTA DE CARTA DE APRESENTAÇÃO – ANEXO IV, do TERMO DE RECEBIMENTO – TR, desde que atendido todos os requisitos do referido TR.
	2. **Local:** Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Av. Honório de Paiva, 475, Piçarra. Teresina-PI, Cep: 64.017-112.
7. **DO DETALHAMENTO DA CONTRATAÇÃO**
	1. **DA DEFINIÇÃO DOS SERVIÇOS**
		1. **SERVIÇOS AMBULATORIAIS FORA DE AMBIENTE HOSPITALAR**
			1. São aqueles destinados aos TITULARES e compreende **somente** vacina Influenza e Ato vacinal.
8. **DA REMUNERAÇÃO E REAJUSTE**
	1. A remuneração dos eventos assistenciais em saúde suplementar contratados, especificados no ANEXO VI, do Termo de Referência obedecerão ao disposto nos **Itens 22 e 23** do Termo de Referência (ANEXO I), respeitadas as leis e normativos que determinam o menor preço, quando verificadas as mesmas especificações técnicas, visando-se obter a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.
9. **DA IDENTIFICAÇÃO DO BENEFICIÁRIO**
	1. Os beneficiários serão identificados, mediante a apresentação, por parte do beneficiário, de Documento Oficial Válido com foto e do Cartão Virtual de Beneficiário do SAS válido ou acessando a página eletrônica da Companhia na internet para verificação da elegibilidade no link **Consulta Beneficiário**, observando-se a regra de cobertura, constante no **Item 7 – Detalhamento da Contratação**.
10. **CONDIÇÕES GERAIS**
	1. **Prazo de validade da Declaração de Habilitação para Credenciamento:** 01 (um) ano, a partir da data de sua emissão, podendo ser prorrogado por igual período, por interesse da Conab, desde que mantidas as mesmas condições do momento da habilitação.
	2. A participação neste Chamamento Público para Credenciamento implica a aceitação plena e irrevogável das normas constantes do presente Edital e seus anexos.
	3. **Assinatura do Contrato:** será assinado pelo representante legalmente habilitado pela empresa que tenha tido sua proposta aprovada por atender todos os requisitos do Edital e seus anexos.
	4. Em caso de procuração, a mesma deverá ser firmada em cartório e conter autorização específica para tanto.
	5. **Prazo de validade do Contrato:** 5 (cinco) anos, a contar da assinatura do mesmo.
11. **PARTICIPANTES**
	1. Somente poderá participar deste credenciamento profissionais/empresas especializadas no ramo do objeto, devendo apresentar os documentos de acordo com o exigido no **Item 7 – DA HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO**, do Termo de Referência (ANEXO I).
	2. Não poderão participar deste credenciamento:
		1. a empresa cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da Conab;
		2. a empresa suspensa pela Conab, nos termos da Lei nº 13.303 de 2016 e impedida pela União, conforme disposto na Lei nº 10.520 de2002;
		3. a empresa declarada inidônea, nos termos da Lei nº 8.666 de 1993, pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada a Conab, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
		4. a empresa constituída por sócio de empresa que estiver suspensa com a Conab, nos termos da Lei nº 13.303 de 2016, impedida com a União, conforme disposto na Lei nº 10.520 de 2002 ou declarada inidônea, nos termos da Lei nº 8.666 de1993;
		5. a empresa cujo administrador seja sócio de empresa suspensa pela Conab, nos termos da Lei nº 13.303 de 2016, impedida com a União, conforme disposto na Lei nº 10.520 de 2002 ou declarada inidônea, nos termos da Lei nº 8.666 de1993;
		6. a empresa constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa pela Conab, nos termos da Lei nº 13.303 de 2016, impedida pela União, conforme disposto na Lei nº 10.520 de 2002, ou declarada inidônea, nos termos da Lei nº 8.666 de 1993, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
		7. a empresa cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa pela Conab, nos termos da Lei nº 13.303 de 2016, impedida pela União, conforme disposto na Lei nº 10.520 de 2002 ou declarada inidônea nos termos da Lei nº 8.666 de 1993, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
		8. a empresa que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea
		9. os interessados proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
		10. a sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País, bem como os estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
		11. a empresa cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto deste credenciamento;
		12. a empresa que se encontre em processo de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação, fusão, cisão, ou incorporação;
		13. as entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
		14. o próprio empregado ou dirigente da Conab, como pessoa física, que participe em procedimentos licitatórios na condição de licitante;
		15. a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com dirigente da Conab; empregado da Conab cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação e autoridade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
		16. empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Conab há menos de 6 (seis)meses.
12. **PROCESSAMENTO**
	1. Para habilitar-se ao credenciamento, o interessado deverá requerê-lo, enquanto ficar aberto o processo de Credenciamento, mediante a apresentação de CARTA DE APRESENTAÇÃO(ANEXO IV), endereçada a Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho da Conab, cujo endereço consta do **Item 6 – DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS**.
	2. **A apresentação da documentação deverá atender às seguintes exigências:**
		1. Ser digitada em papel timbrado da empresa, ou que a identifique, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datada e assinada pelo representante legal da empresa.
		2. Declarar total concordância com as condições estabelecidas no presente Chamamento Público para Credenciamento e no Contrato de Credenciamento.
		3. Constar dias e horários de atendimento da empresa.
		4. Especificar a equipe técnica, relação do corpo clínico, constando CPF, especialidades e o número e registro do profissional no Conselho de Classe Regional respectivo.
		5. O responsável técnico deverá apresentar diploma de graduação,*“curriculum vitae”* e, para os profissionais que possuem o titulo de especialista devidamente reconhecido, registro nas entidades de fiscalização do exercício profissional.
		6. Conter relação de equipamentos com os quais prestará os serviços.
		7. Indicar o nome do Banco, número da Agência e Conta-Corrente onde deverão ser creditados os pagamentos.
		8. À exceção dos documentos emitidos em sítios eletrônicos oficiais, todos os demais deverão ser apresentados por meio de cópia autenticada em cartório, ou ainda, cópias simples, desde que acompanhados dos originais atualizados e válidos, que deverão ser autenticados pela equipe de apoio no ato do recebimento, não se aplicando aos documentos que puderem ser extraídos via internet comprovando assim, a sua validade;
		9. Todos os documentos deverão estar organizados conforme **Item 7 – DA HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO**, do Termo de Referência (ANEXO I), e dentro de envelope pardo, tamanho ofício lacrado, contendo na parte externa, a identificação da licitante com o CNPJ e a indicação do Edital de Chamamento Público nº 001/2019;
		10. Toda a documentação constante dos envelopes deverá estar devidamente numerada, conforme exemplificado a seguir:

Ex.1: 1/25 (folha 1 do total de 25);

1. **HABILITAÇÃO**
	1. Deverão ser juntados à Carta Proposta ainda, para fins de habilitação, os documentos especificados no **Item 07 - DA HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO**, contido no Termo de Referência, ANEXO I deste Edital.
2. **ANÁLISE DA PROPOSTA DE CREDENCIAMENTO**
	1. As Propostas, acompanhadas dos documentos exigidos no antecedente **Item 13**, serão objeto de análise pela Conab.
	2. A Conab, além de receber, examinar e julgar a documentação com obediência aos critérios estabelecidos no Termo de Referência(ANEXO I), poderá dirimir,com base na legislação vigente, quaisquer dúvidas ou omissões porventura existentes, ou adotar as medidas legais ou administrativas que se fizerem necessárias ao esclarecimento ou instrução do processo.
	3. Além da análise da documentação, a Conab poderá realizar vistoria prévia na entidade, com vistas à emissão de parecer técnico quanto aos aspectos relativos às condições das instalações e de atendimento, higiene, segurança, aparelhamento, corpo clínico e técnico.
	4. Analisada a conformidade dos documentos com o estabelecido neste instrumento, bem como o resultado da vistoria prévia, e estando a empresa conforme, ela será considerada habilitada.
3. **ASSINATURA DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO**
	1. A aceitação das condições constantes deste instrumento, será formalizada pela assinatura do Contrato, cuja minuta está contida nos ANEXO VII a depender do tipo de serviço a ser contratado por meio desses instrumentos.
	2. O habilitado será convocado, por carta, para assinatura do Contrato de Credenciamento, devendo comparecer no prazo máximo de 5(cinco) dias úteis,sob pena de perder o direito ao credenciamento e da aplicação da pena de multa prevista no Termo de Referência.
	3. As empresas não habilitadas serão informadas por meio de carta contendo Declaração de Inabilitação, nos moldes do ANEXO III, e receberão os documentos entregues para o processo de habilitação.
	4. Fica garantido o direito de interposição de recurso, nos termos e prazos previstos no Termo de Referência (ANEXO I), assegurando-se ampla defesa e o direito ao contraditório.
4. **DO DESCREDENCIAMENTO**
	1. O processo e os motivos de descredenciamento seguem estabelecidos no Termo de Referência, ANEXO I do presente Edital.
5. **DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**
	1. Aplicar-se-á, inclusive aos casos omissos, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, o Regulamento de Licitações e Contratos – RLC, e respectivas alterações, bem como demais legislações pertinentes em vigor referente ao exercício dos serviços, objeto deste Credenciamento, e consignada nos Conselhos Federais e Regionais das respectivas Classes Profissionais, bem como dos próprios Códigos de Ética, Código Civil Brasileiro, Código Penal Brasileiro e Resoluções da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e demais órgãos competentes.
	2. O CONTRATO decorrerá por Inexigibilidade de Licitação, amparado no Art. 30, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e arts. 421, 425 a 432 do RLC da Conab, e alterações posteriores.
6. **DISPOSIÇÕES FINAIS**
	1. As demais condições de execução e pagamento dos serviços, preços, obrigações, sanções administrativas e rescisão, constam no Termo de Referência (ANEXO I) do presente Edital.
	2. A formalização do Contrato dar-se-á com fulcro no “caput” do Art. 421 do RLC da Conab.
	3. Eventuais dúvidas quanto às disposições deste instrumento, poderão ser dirimidas por expediente formal endereçado à Conab – Rua Honório de Paiva, 475-A/Sul - Piçarra - Teresina/PI - CEP: 64001-510 , no setor do SAS.
7. **FORO**
	1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal de Teresina, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro,por mais privilegiado que seja.

TERESINA - PI, 18 de junho de 2019.

**TERMO DE REFERÊNCIA – TR**

**PROCESSO N.º 21220.000056/2019-68**

**CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS – VACINA Influenza**

**TERESINA-PI**

# DO OBJETO

* + 1. O presente Termo de Referência– TR tem por objeto o credenciamento, por meio de Inexigibilidade de Licitação, de estabelecimentos de saúde (consultórios, clínicas de Imunização) para prestação de serviços de vacinação contra Influenza, com sede ou filial em Teresina, Picos, Floriano e Parnaíba, **exclusivamente aos TITULARES**, beneficiários do Serviço de Assistência à Saúde – SAS, com as regras de negócio; com as leis, normas e resoluções aplicáveis do setor de saúde suplementar; com os Votos da Diretoria Executiva da CONAB; e com o presente Termo de Referência, além da Declaração de Habilitação e do Instrumento Contratual, firmado com a CONAB, observada ainda as situações definidas no adiante **Item 4**.

# DA JUSTIFICATIVA

* + 1. Considerando que o Acordo Coletivo de Trabalho 2017/2019, aprovou em sua cláusula trigésima oitava, parágrafo 15, que a Conab promoverá gratuitamente, até o 1° semestre de cada ano, a todos os empregados a vacinação contra a influenza sazonal;
		2. Considerando que a finalidade precípua da Gebem é promover os benefícios da Companhia e uma qualidade de vida aos empregados voltada para o bem estar e atendimento das necessidades de natureza médica e de assistência social dos empregados, sem finalidade lucrativa.
		3. Considerando que a Sureg/PI, lotada em Teresina, conta atualmente com aproximadamente 164(cento e sessenta e quatro ) empregados que necessitam dos serviços de vacinação prestados pela rede contratada;
		4. Constatou-se a necessidade de credenciamento dos serviços de clínica de Imunização, objeto deste Edital de Chamamento Público, para prestação de assistência e ato vacinal da gripe Influenza, **exclusivamente aos TITULARES**, nos termos a seguir dispostos;

# OBJETIVO

Providenciar o credenciamento de consultórios e clínicas de Imunização, que tenham a Vacina Influenza, interessadas em prestar serviços aos empregados da Companhia, na cidade de Teresina, Picos, Floriano e Parnaíba, no estado do Piauí.

# DAS DEFINIÇÕES

* + 1. **DOS BENEFICIÁRIOS**
			1. São Beneficiários para efeito de utilização do Serviço os **TITULARES** a seguir qualificados:
				1. **TITULARES**
1. empregados do quadro de pessoal da Companhia;
2. membros da Diretoria, não pertencentes ao quadro de pessoal próprio, enquanto permanecerem nos cargos;
3. pessoal contratado para o exercício de função de confiança na Companhia, enquanto permanecerem nas funções;e
	* 1. **SERVIÇOS AMBULATORIAIS FORA DE AMBIENTE HOSPITALAR**
			1. **São aqueles destinados aos TITULARES e compreende somente Vacina Influenza e Ato vacinal.**

# DO PERÍODO DE INSCRIÇÃO DO CREDENCIAMENTO

* + 1. A inscrição dar-se-á no período compreendido entre a publicação do Edital de Chamamento Público até 45 (quarenta e cinco) dias úteis depois, de segunda-feira a sexta-feira,das 08h às 12h e das 13h às 17h, e mediante protocolo de recebimento, desde que atendido todos os requisitos deste Termo de Referência.
		2. A Conab não se responsabiliza por documentação não recebida em virtude de apresentação fora dos dias e horários estabelecidos.
		3. A irregularidade e/ou ausência de quaisquer documentos, eliminarão a Proponente da seleção ou, se verificadas posteriormente, impedirão o seu credenciamento, anulando-se todos os efeitos decorrentes da sua inscrição e/ou credenciamento.

# DA HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

* + 1. Declarações a serem apresentadas:
1. declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame – ANEXO XIII;
2. declaração de que a empresa não descumpre a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre de menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos – ANEXO XII;
3. declaração de inexistência de nepotismo – ANEXO XI;
	* 1. Em atendimento à determinação do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 1.793/2011 do Plenário), a Conab, como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da Proponente, verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta de regularidade do fornecedor nos seguintes cadastros:
4. SICAF, verificando, ainda, a composição societária das empresas neste sistema, a fim de se certificar se entre os sócios há cônjuges, companheiros ou parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau de empregados, inclusive de ocupantes de cargos de função de direção e de assessoramento vinculados à CONTRATANTE;
5. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria - Geral da União(CGU);
6. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça();
7. Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN;
8. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União –TCU.
9. A inobservância de qualquer das condições habilitatórias implicará no descredenciamento, garantida a ampla defesa e o contraditório na forma e prazos estabelecidos no RLC da Conab.
	* 1. A habilitação das Proponentes será apreciada exclusivamente a partir dos seguintes parâmetros:
10. Relativos à Habilitação Jurídica;
11. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista;
12. Relativo à Capacidade Econômica e Financeira;
13. Relativo à Qualificação Técnica.
	* + 1. A habilitação da Proponente será verificada por meio do SICAF e dos documentos elencados no **Subitem 6.3.2**.
			2. Para a habilitação, a Proponente deverá apresentar ainda os seguintes documentos:
				1. **Relativos à Habilitação Jurídica:**

a. no caso de: sociedade empresária/comercial ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

i.1 sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

ii.1 microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração –DREI;

iii.1 cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

iv.1 os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

v.1 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência.

* + - * 1. **Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:**
1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas -CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme ocaso;
2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativada União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
3. Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual e a Municipal, do domicílio ou sede da Proponente, na forma da lei;e
4. prova de regularidade perante a Seguridade Social (INSS) e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho,mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII - A da Consolidação das Leis do Trabalho,aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. (Lei 12.440, de 8/7/2011);
6. a CONTRATANTE reserva-se ao direito de, a qualquer tempo, exigir da CONTRATADA, a comprovação de cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.
7. não existirá para a CONTRATANTE qualquer solidariedade quanto às obrigações trabalhistas e previdenciárias para com os empregados da CONTRATADA, cabendo a esta assumir, de forma exclusiva,todos os ônus advindos da relação empregaticia.

As microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

1. Havendo alguma restrição na comprovação da sua regularidade fiscal, será assegurado à Proponente qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte o prazo de 5 (cinco) dias úteis - cujo termo inicial corresponderá ao momento da divulgação do resultado da fase de habilitação – prorrogáveis por igual período, a critério da Administração e a pedido justificado da Proponente, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
2. não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito ao credenciamento e acarretará a inabilitação da Proponente, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência;
	* 1. **Relativos à Qualificação Econômico - Financeira:**
3. certidão negativa sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da Proponente;
4. a certidão, referida na alínea anterior, que não estiver mencionando explicitamente o prazo de validade, somente será aceita com o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão.
5. para as empresas não inscritas no SICAF, balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
6. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
7. será considerada boa a situação financeira da Proponente, quando os seus Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) forem maiores do que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta “*online*” no caso de empresas inscritas no SICAF:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo LG = Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo
Ativo Total SG = Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo Ativo Circulante LC = Passivo Circulante

1. a Proponente que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, deverá comprovar que possui patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente, por meio de Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
	* + 1. **Relativo à Qualificação Técnica:**
				1. **A proponente deverá apresentar os seguintes documentos relativos ao Responsável Legal e Administrativo:**
2. CPF;
3. Carteira de Identidade ou Registro no Conselho Profissional.
	* + - 1. **A proponente deverá apresentar os seguintes documentos relativos ao Responsável Técnico:**
4. Termo de Responsabilidade Técnica–RT;
5. CPF;
6. Carteira de Identidade;
7. Registro no Conselho Profissional;
8. Declaração de Regularidade no Conselho de Classe, à época do credenciamento;
9. Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter prestado ou estar prestando compativeis e pertinentes com o objeto deste credenciamento (conforme ocaso);
10. Currículo;
11. Os profissionais indicados pela CONTRATADA para fins de comprovação da capacitação técnica de que trata este **Subitem 6.4.1.2** deverão participar do objeto da contratação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Conab.
	* + - 1. **A proponente deverá apresentar os seguintes documentos relativos ao corpo clínico (No caso de corpo clínico contratado da empresa)**
12. Carteira de Identidade;
13. CPF;
14. Registro no Conselho Profissional;
15. Declaração de Regularidade no Conselho de Classe, à época do credenciamento;
16. Currículo;
17. é exigido que os títulos e certificados sejam de órgão de representação com legitimidade perante as autoridades oficiais do Brasil.

# DA EMISSÃO DA DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

* + 1. Após análise da documentação relativa à Habilitação e Qualificação Técnica, apresentada pela Proponente, e estando aptas, a área técnica responsável emitirá a Declaração de Habilitação para Credenciamento.
		2. A Declaração de Habilitação para Credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua emissão, podendo ser prorrogado por igual período, por interesse da Conab, desde que mantidas as mesmas condições do momento da habilitação.

# DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

* + 1. Dos atos da Conab referentes ao indeferimento dos pedidos de credenciamento e demais procedimentos previstos neste Termo de Referência caberão recursos administrativos na forma e nos prazos previstos na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de1999.
		2. O recurso será formalizado em processo administrativo, observado o devido processo legal.
		3. Os recursos deverão ser protocolados na área técnica responsável na Conab.

# DA IDENTIFICAÇÃO DO BENEFICIÁRIO

* + 1. Os beneficiários serão identificados, mediante a apresentação, por parte do beneficiário, de Documento Oficial Válido com foto e do Cartão Virtual de Beneficiário do SAS válido ou acessando a página eletrônica da Companhia na internet para verificação da elegibilidade no link Consulta Beneficiário.

# DO ATENDIMENTO

1. A CONTRATADA não poderá cobrar do beneficiário nenhum procedimento coberto/autorizado pela CONTRATANTE.
2. No caso de procedimentos ainda não cobertos/autorizados pelo Serviço de Assistência à Saúde - SAS, fica facultada a cobrança ao beneficiário, não havendo intervenção ou responsabilidade de cobertura financeira por parte da CONTRATANTE.
3. A CONTRATANTE não acatará pedidos nos quais não constem data de solicitação, sendo assegurada a liberdade do médico em indicar e realizar o procedimento que entender necessário para preservar a vida e/ou a saúde dos pacientes, que também responderá por eventual infração ética.
4. A CONTRATANTE não se responsabilizará pelo pagamento dos serviços prestados aos beneficiários com restrição de cobertura assistencial (DEPENDENTES ATÍPICOS), e bem assim aos demais beneficiários NÃO ELEGÍVEIS pela utilização da rede assistencial CONTRATADA.

# DO VALOR DO CONTRATO

* + 1. Por se tratar de benefício de assistência à saúde, são indeterminadas as despesas a serem contraídas, restando prejudicada a sua estimativa.

# VIGÊNCIA DO CONTRATO

* + 1. O Contrato terá vigência de 5 (cinco) anos, a partir da data de sua assinatura.

# DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

* + 1. Não se exigirá prestação de garantia para a execução contratual.

# DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

* + 1. O acompanhamento de fiscalização do contrato será exercido de acordo com o previsto neste Termo de Referência.
		2. Para a execução do ajuste, será adotado o método de trabalho baseado no conceito de delegação de responsabilidade. Esse conceito define a Contratante como responsável pela gestão do contrato e pela verificação de aderência dos serviços prestados aos padrões de qualidade exigidos e a CONTRATADA como responsável pelo fornecimento dos serviços e a gestão dos recursos necessários para o cumprimento do contrato.
		3. Para o cumprimento do contrato pressupõe a existência dos seguintes papéis e responsabilidades:
			1. **Fiscal Funcional do Contrato:** é o empregado ou a comissão designada pela Contratante, responsável pelo acompanhamento e pela fiscalização técnica da execução contratual e, ainda, pela verificação dos resultados pretendidos e pelo recebimento provisório do objeto da contratação;
			2. **Preposto:** funcionário representante da CONTRATADA, responsável por acompanhar a execução do ajuste e atuar como interlocutor principal com o Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

# FISCALIZAÇÃO E PREPOSTO

* + 1. A atividade de gestão e fiscalização do presente contrato deverá ser executada em conformidade com as disposições dos Art. 535 a 540 do RLC.
		2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.
		3. Nos termos dos Art. 543 e 544 do RLC será designado fiscal, seu substituto, ou comissão de fiscalização para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.
		4. O Fiscal Funcional do Contrato deverá exercer a fiscalização da contratação, exigindo o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais, seus anexos e os termos de sua proposta, sobre os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.
		5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Conab ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 76 da Lei nº 13.303, de2016.
		6. A CONTRATADA deverá designar e indicar seu representante legal ou seu preposto, que a representará e se responsabilizará por todos os aspectos funcionais, técnicos e legais,devendo:
1. efetuar o acompanhamento continuo e periódico da execução do contrato;
2. fornecer e manter atualizados endereço de correspondência da CONTRATADA para recebimento de ofícios, notificações e intimações, bem como endereço de correio eletrônico;
3. zelar pela manutenção, durante a execução do Contrato, das condições estabelecidas no instrumento convocatório, nas normas regulamentadoras e na legislação correlata do meio ambiente, segurança e medicina de trabalho, como também da regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e FGTS e do cumprimento das obrigações trabalhistas;
4. zelar pela execução ou fornecimento do objeto contratual em conformidade com as normas técnicas vigentes;e
5. zelar pela plena, total e perfeita execução do objeto contratado.
	* 1. Eventuais dúvidas durante o período de vigência contratual deverão ser encaminhadas formalmente pelo preposto à Contratante.
		2. Durante a execução do objeto, a fiscalização monitorará constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
		3. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela fiscalização, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
		4. A fiscalização deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
		5. A fiscalização verificará a conformidade do serviço prestado junto aos documentos da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
		6. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
		7. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no §2º do Artigo 519 do RLC.

# DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

* + 1. As despesas decorrentes com o futuro credenciamento correrão à conta do PTRES Nº: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_; Natureza de Despesa: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_– Serviços de Terceiros– Pessoa Jurídica, Fonte: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_;

# DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

* + 1. disponibilizar aos seus beneficiários os serviços aqui contratados e proceder ao seu pagamento, conforme as cláusulas e condições estabelecidas;
		2. avisar ao CONTRATADO, por escrito, a respeito de qualquer alteração nas normas internas, técnicas ou administrativas, que possam ter reflexo no relacionamento das partes; e aditando-as em Termo Aditivo ao Contrato;
		3. notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre qualquer irregularidade verificada na execução dos serviços;
		4. responder pelos atos dos profissionais que não integrem o corpo clínico do CONTRATADO, desde que tais profissionais tenham sido indicados ou de qualquer forma recomendados pela CONTRATANTE;

# DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

* + 1. A CONTRATADA se compromete a prestar, em suas instalações e dependências e por seu quadro administrativo e técnico profissional, devidamente identificados, disponibilizando inclusive os serviços auxiliares que se fizerem necessários ao tratamento de saúde a eles destinados, sob sua total responsabilidade, obrigando-se ainda a:
1. colocar à disposição dos beneficiários da CONTRATANTE todos os recursos materiais e humanos disponíveis para seu atendimento de acordo com a legislação e normas que regulamentam a matéria;
2. manter as condições assumidas quando da habilitação, em especial quanto às suas regularidades jurídicas, legais, fiscais e trabalhistas;
3. manter atualizado seus dados cadastrais, tais como responsáveis técnicos e administrativos, especialidades e corpo clínico contratado (quando for o caso), dados bancários, endereço postal, endereço eletrônico, telefones, etc.
4. empregar técnicos especializados e auxiliares devidamente treinados para a execução do serviço contratado, cujas obrigações, (trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais, de seguro ou outras decorrentes), correrá por sua conta;
5. exigir, por ocasião do atendimento, o Cartão Virtual de Beneficiário do Serviço de Assistência à Saúde – SAS, válido e emitido pela CONTRATANTE, verificando ainda as demais disposições nele contidas, certificando-se da autorização do atendimento.
6. informar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por escrito, caso necessite interromper temporariamente o atendimento por qualquer motivo, esclarecendo o período de interrupção previsto, devendo, dita justificativa, ter a aquiescência, por escrito, da CONTRATANTE;
7. não se valer deste Termo de Referência e do Instrumento Contratual, para assumir obrigações perante terceiros, nem utilizar os direitos de crédito que possam existir perante a CONTRATANTE como garantia de qualquer tipo de transação;
8. apresentar, sempre que solicitados pela CONTRATANTE e devidamente atualizados, os documentos de sua regularidade jurídico-fiscal, como forma de comprovar as condições iniciais de habilitação;
9. utilizar os meios disponíveis para a execução dos serviços assistenciais de saúde, na sua área de atuação;
10. disponibilizar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, os dados assistenciais dos atendimentos prestados aos seus beneficiários, observadas as questões éticas e de sigilo profissional, na forma da lei.
11. priorizar os casos de emergência e urgência, assim como o atendimento aos beneficiários com mais de 65 (sessenta e cinco) anos, gestantes, lactantes, lactentes e crianças até 05 (cinco) anos de idade;
12. não discriminar os beneficiários da CONTRATANTE em razão do vínculo com esta, idade, patologia ou qualquer outra forma de discriminação;
13. comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer alteração em sua situação tributária, trabalhista ou previdenciária, bem como alterações de endereço, especialidade, CNPJ, responsáveis técnicos e criação de filiais, agências ou sucursais;
14. autorizar a divulgação de informações assistenciais referentes à CONTRATADA, bem como sua razão social, nome fantasia, endereço completo com CEP e telefones, corpo de profissionais e área de atuação, dias e horários de atendimento em quaisquer meios de comunicação, a exemplo dos portais eletrônicos, na rede mundial de computadores, a serem disponibilizados aos beneficiários da CONTRATANTE;
15. disponibilizar nas situações de serviços prestados por equipe não integrantes do corpo clínico, a apresentação de documentos comprobatórios de sua habilitação legal apenas para fins de cadastro profissional;
	* 1. A CONTRATADA não se responsabilizará pelos atos praticados pelos profissionais, e respectivas equipes de apoio a ele não vinculados, em todos os atendimentos prestados.
		2. Nos casos previstos no antecedente **Subitem 19.2**, a responsabilidade pelo tratamento efetuado no paciente é exclusiva do profissional assistente sob todos os aspectos, inclusive, os de natureza contratual ou extracontratual.

# DA APRESENTAÇÃO, DA ANÁLISE, E DO RECURSO DAS FATURAS

* + 1. Para fins de acompanhamento, controle e avaliação dos procedimentos e eventos em saúde suplementar,deverão ser observadas as seguintes disposições:
1. Fica assegurado à CONTRATANTE a adoção de alterações nas rotinas e critérios para avaliação de procedimentos que julgar necessários visando ao correto acompanhamento, controle e avaliação dos processos de atendimentos feitos pela CONTRATADA;
2. Os auditores da CONTRATANTE não poderão, em nenhuma hipótese, ser impedidos de realizar seu trabalho de acompanhamento, controle e avaliação dos serviços prestados aos pacientes;
3. Os auditores da CONTRATANTE poderão acessar todas as dependências da CONTRATADA, mediante agendamento, bem como manter contatos com os médicos assistentes e equipe de enfermagem, além de toda a documentação relativa aos pacientes ;
	* 1. A fatura dos serviços prestados pela CONTRATADA deverá ser apresentada à CONTRATANTE até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, observando-se ainda:
4. Nota Fiscal (duas vias);
5. Relação de Pacientes (duas vias);
6. Certidão Negativa de Débitos Previdenciários (CND);
7. Protocolo de envio do Arquivo XML. ANEXO IX – ENVIO DO ARQUIVOXML
	* 1. A CONTRATANTE realizará a análise das contas em prazo não superior a 30 (trinta) dias e efetuará o seu pagamento até o quinto dia útil do mês subsequente à entrega da fatura, mediante a apresentação da nota fiscal, contendo o motivo contratual ou técnico para a realização de retenções ou glosas, através de depósito em conta corrente informada pela CONTRATADA;
		2. O prazo máximo para apresentação das guias pela CONTRATADA é de 120 (cento e vinte) dias a contar do atendimento do beneficiário da CONTRATANTE;
		3. As contas deverão ser individualizadas, com discriminação das despesas realizadas e respectivos comprovantes da prestação dos serviços.
		4. A CONTRATADA se obriga a fornecer nota fiscal e demais certidões negativas vigentes relativos aos serviços a serem pagos pela CONTRATANTE, nos termos do artigo 560 do RLC da Conab;
		5. Todas as inconformidades encontradas e consensadas entre as partes serão excluídas das contas. Nesses casos a CONTRATADA apresentará à CONTRATANTE o faturamento devidamente corrigido não sendo mais passível de qualquer alteração por parte da CONTRATANTE.
		6. Fica estabelecido que as contas que não apresentarem informações e documentos suficientes para fins de conferência por parte da CONTRATANTE, e não tiverem os formulários devidamente preenchidos e assinados de forma legível, serão devolvidos para providências complementares, contando-se novo prazo de 30 (trinta) dias, para fins de conferência e pagamento, a partir da nova entrega.
		7. A CONTRATANTE não aceitará cobrança por intermédio de instituição financeira.

# DO LOCAL DE ENTREGA DA NOTA FISCAL/FATURA DE SERVIÇOS

* + 1. A Fatura de Serviços deverá ser entregue e protocolizada no endereço da CONTRATANTE: Companhia Nacional de Abastecimento – Av. Honório de Paiva, 475 - Piçarra, Teresina - PI, 64074-994

# DA REMUNERAÇÃO E DO PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

# O pagamento será efetuado pela Conab no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

# Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

# Antes de cada pagamento será realizada consulta ao SICAF e caso o resultado seja desfavorável, será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis ao contratado, prorrogável uma vez por igual período a critério da Conab, para a regularização ou apresentação da sua defesa.

# Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Conab deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Conab, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

# Persistindo a irregularidade, a Conab deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do Contrato, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

# Havendo a efetiva prestação de serviços, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF;

# Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela Diretoria Gestora na Matriz no âmbito da sua competência, não será rescindido o Contrato em execução com empresa ou profissional inadimplente no SICAF.

# Dos pagamentos devidos à CONTRATADA serão retidos os impostos e contribuições de acordo com a legislação vigente.

# Caso o contratado seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, junto à Nota Fiscal/Fatura, a devida declaração, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

# As eventuais multas impostas ao Contratado em decorrência de inadimplência contratual poderão ser descontadas do pagamento devido desde que concluído o procedimento para aplicação de sanções.

# Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Conab, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

 ***EM = I x N x VP****, onde:*

*I= Índice de compensação financeira = 0,00016438, computado combase nafórmula:*

*I = [(TX/100)/365]*

*TX= Percentual da taxa de juros de mora anual;EM = Encargos Moratórios;*

*N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a doefetivo pagamento; e*

*VP = Valor da prestação em atraso.*

# DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

* + 1. A CONTRATADA, em caso de inadimplemento de suas obrigações, garantido o contraditório e ampla defesa anteriormente a sua aplicação definitiva, ficará sujeita às seguintes sanções previstas no RLC e na Lei nº 13.303, de 2016:
1. advertência;
2. multa moratória;
3. multa compensatória;
4. multa rescisória, para os casos de rescisão unilateral, por descumprimento contratual;
5. suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab, por até 02 (dois)anos.
	* 1. As sanções previstas nas alíneas*“a”*e*“e”*poderão ser aplicadas com as alíneas*“b”*,*“c”*e*“d”*.
		2. São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções as elencadas no artigo 576 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab, dentre outras apuradas pela fiscalização durante a execução do contrato, transcrito a seguir:
6. não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do Contrato;
7. apresentar documento falso em qualquer fase do processo administrativo instaurado pela Conab;
8. frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de contratação;
9. afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
10. agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico;
11. incorrer em inexecução contratual;ou
12. ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público; ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; ter fraudado licitação pública ou Contrato dela decorrente; ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar Contrato administrativo; ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de Contratos celebrados com a Administração Pública, sem autorização em lei, no instrumento convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico - financeiro dos Contratos celebrados com a Administração Pública; ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.
	* 1. A aplicação das penalidades previstas neste item realizar-se-á no processo administrativo da contratação assegurado a ampla defesa e o contraditório à CONTRATADA, observando-se as regras previstas no RLC.
		2. A aplicação de sanção administrativa e o seu cumprimento não eximem o infrator da obrigação de corrigir as irregularidades que deram origem à sanção.
		3. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Conab ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
		4. **Da sanção de advertência:**
13. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado não seja suficiente para acarretar prejuízo à Conab, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros;
14. A aplicação da sanção do subitem anterior importa na comunicação da advertência à CONTRATADA, devendo ocorrer o seu registro junto ao SICAF.
	* 1. **Da sanção de multa:**

**24.8.1.**A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

1. em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do artigo 43, § 1° da Lei Complementar n° 123, de 2006, deverá ser aplicada multa correspondente a R$ 500,00 (quinhentos reais) para o credenciamento em questão;
2. pela recusa em assinar o Contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da convocação deverá ser aplicada multa correspondente a R$ 500,00 (quinhentos reais) para o credenciamento em questão;
3. multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor da média das últimas seis faturas, por dia de atraso na execução dos serviços até o limite de 30 (trinta) dias, sem qualquer prejuízo das perdas e danos eventualmente ocorridos e demais penalidades cabíveis à espécie;
4. esgotado o prazo limite a que se refere a antecedente alínea*“c”*poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
5. no caso de inexecução parcial, incidirá multa compensatória no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da média das últimas seisfaturas,sem qualquer prejuízo das perdas e danos eventualmente ocorridos e demais penalidades cabíveis àespécie;
6. no caso de inexecução total do contrato, incidirá multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da média das últimas seis faturas, sem qualquer prejuízo das perdas e danos eventualmente ocorridos e demais penalidades cabíveis à espécie;
7. no caso de rescisão contratual unilateral do contrato, incidirá multa rescisória no percentual de 15% (quinze por cento) sobre o valor da média das últimas seis faturas, sem qualquer prejuízo das perdas e danos eventualmente ocorridos e demais penalidades cabíveis à espécie;
8. Se a CONTRATADA ainda não tiver realizado as seis últimas faturas, será considerado a média do número de faturas existentes;
9. Se a CONTRATADA ainda não tiver realizado nenhum faturamento, será aplicada multa no valor de R$500,00(quinhentos reais) para as penalidades acima descritas.
10. A aplicação da sanção de multa deverá ser registrada no SICAF.
	* 1. **Da sanção de suspensão:**
11. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab, por até 02 (dois) anos, será aplicada de acordo com os arts. 579 a 580 do RLC transcritos a seguir, e registrada no SICAF e no Cadastro de Empresas Inidôneas – CEIS de que trata o artigo 23 da Lei n° 12.846, de2013.
12. Cabe a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado, prejuízo à Conab, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou, ainda, em decorrência de determinação legal.
13. Conforme a extensão do prejuízo ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24meses).
14. O prazo da sanção a que se refere o caput deste artigo terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial da União.
15. A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab importa, durante sua vigência, na suspensão de registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.
16. A sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Conab poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos Contratos celebrados:
* tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
* tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
* demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Conab em virtude de atos ilícitos praticados;
* tenham frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público; ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; ter fraudado licitação pública ou Contrato dela decorrente; ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar Contrato administrativo; ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de Contratos celebrados com a Administração Pública, sem autorização em lei, no instrumento convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos Contratos celebrados com a Administração Pública; ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.

# DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

* + 1. Compete à CONTRATADA, no que couber, atender os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no Art. 10 doRLC.
		2. A CONTRATADA se responsabiliza administrativamente, civilmente e penalmente por qualquer dano causado pelo seu produto ao meio ambiente, podendo responder, inclusive, perante a Conab, pelos eventuais prejuízos causados à Companhia.

# DA RESCISÃO

* + 1. A inexecução total do Contrato ensejará a sua rescisão, enquanto a inexecução parcial poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis, conforme disposto nos arts. 568 a 572 do RLC.
		2. As práticas passíveis de rescisão, tratadas no inciso anterior, podem ser definidas, dentre outras,como:
		3. corrupta: oferecer,dar,receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação do empregado da Companhia no processo licitatório ou na execução do Contrato;
		4. fraudulenta: falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar o processo licitatório ou de execução do Contrato;
		5. colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes da Companhia, visando estabelecer preço sem níveis artificiais e não competitivos;
		6. coercitiva: causar dano ou ameaçar,direta ou indiretamente, as pessoas físicas ou jurídicas, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do Contrato;
		7. obstrutiva: destruir,falsificar,alterar ou ocultar provas ou fazer declarações falsas, com objetivo de impedir materialmente a apuração de práticas ilícitas.
		8. As práticas acima exemplificadas, além de acarretarem responsabilização administrativa e judicial da pessoa jurídica, implicarão na responsabilidade individual dos dirigentes das empresas CONTRATADAS e dos administradores ou gestores, enquanto autores, coautores ou participes do ato ilícito, nos termos da Lei nº 12.846, de2013.
		9. **São considerados motivos para a rescisão:**
1. a inexecução parcial ou total das obrigações e prazos constantes nos Instrumentos Convocatórios e Contratuais;
2. a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
3. a decretação de falência ou a insolvência civil do contratado;
4. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA,desde que prejudique a execução do Contrato;
5. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo administrativo;
6. o atraso nos pagamentos devidos pela Conab decorrentes de serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública,grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
7. a ocorrência de caso fortuito,força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;
8. a aplicação ao contratado de suspensão do direito de licitar e contratar com a Conab;
9. o descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
10. ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público; ter afastado ou procurado afastar Proponentes, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; ter fraudado licitação pública ou Contrato dela decorrente; ter criado, de modo fraudulento ou irregular,pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar Contrato Administrativo; ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de Contratos celebrados com a Administração Pública, sem autorização em lei, no instrumento convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos Contratos celebrados com a Administração Pública; ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.
11. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa, observado ainda, na forma e os prazos previstos no artigo 56 e seguintes da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de1999.
	* 1. **Os contratos poderão ser rescindidos nos seguintes casos:**
12. por ato unilateral e escrito da Conab, mediante comunicação formal, por carta com Aviso de Recebimento(AR), cabendo a interposição de recurso na forma e os prazos previstos no artigo 56 e seguintes da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, sem prejuízo dos atendimentos devidamente autorizados;
13. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a Conab, mediante comunicação formal, por carta com Aviso de Recebimento (AR), com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;e
14. judicial, por determinação judicial.
	* 1. A rescisão amigável não será cabível nos casos em que forem constatados descumprimentos contratuais sem apuração de responsabilidade iniciada ou com apuração ainda em curso.
		2. A rescisão amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
		3. A rescisão deverá ser formalizada por termo de rescisão unilateral ou distrato, no caso de rescisão amigável, devendo o respectivo extrato ser publicado no Diário Oficial da União.
		4. O termo de rescisão, será precedido de Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

# DA SUBCONTRATAÇÃO

* + 1. Não será admitida a subcontratação do objeto do credenciamento.

# DA MATRIZ DE RISCOS

* + 1. MATRIZ DE RISCOS é a cláusula contratual definidora dos riscos e das responsabilidades entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA e caracterizadora do equilíbrio econômico financeiro na execução do contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.
		2. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste, conforme hipóteses não-exaustivas elencadas na MATRIZ DE RISCO – ANEXO I.
		3. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste quando estes competirem à CONTRATANTE, conforme estabelecido na MATRIZ DE RISCO – ANEXO I.
		4. A MATRIZ DE RISCOS – ANEXO I constitui peça integrante do contrato, independentemente de transcrição.

# DA ALTERAÇÃO

* + 1. O contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas nos incisos I a VI, combinado com os §§1º, 2º, 8º e 9º do Art. 510 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab, vedando-se alterações que resultem em violação ao dever de licitar.
		2. Fica vedada a celebração de Termos Aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na Matriz de Riscos, como de responsabilidade da CONTRATADA.

# DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

* + 1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos no credenciamento; sejam mantidas as demais condições do Termo de Referência; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

# DAS VEDAÇÕES

* + 1. É vedada a exclusividade na relação contratual, sendo as partes contratantes independentes para firmar outros instrumentos jurídicos com terceiros para a mesma finalidade;
		2. É expressamente vedada a cobrança direta do beneficiário, pela CONTRATADA, de quaisquer eventos assistenciais com previsão de cobertura, bem como sobretaxas;
		3. Ficam excluídas do presente credenciamento pessoas jurídicas da qual sejam sócios cônjuges, companheiros ou parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau de empregados, inclusive de ocupantes de cargos de função de direção e de assessoramento vinculados à CONTRATANTE.
		4. Para atendimento do previsto no subitem anterior deverá ser firmada declaração pelo responsável legal da CREDENCIADA, da inexistência de nepotismo, a qual deverá ser atualizada junto à Conab, sempre que necessário, mediante minuta de declaração constante no ANEXO XI.
		5. É ainda vedada a participação de:
1. a empresa cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da Conab;
2. a empresa suspensa pela Conab, nos termos da Lei nº 13.303 de 2016 e impedida pela União, conforme disposto na Lei nº 10.520 de2002;
3. a empresa declarada inidônea, nos termos da Lei nº 8.666 de 1993, pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada a Conab, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
4. a empresa constituída por sócio de empresa que estiver suspensa com a Conab, nos termos da Lei nº 13.303 de 2016, impedida com a União, conforme disposto na Lei nº 10.520 de 2002 ou declarada inidônea, nos termos da Lei nº 8.666 de1993;
5. a empresa cujo administrador seja sócio de empresa suspensa pela Conab, nos termos da Lei nº 13.303 de 2016, impedida com a União, conforme disposto na Lei nº 10.520 de 2002 ou declarada inidônea, nos termos da Lei nº 8.666 de 1993;
6. a empresa constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa pela Conab, nos termos da Lei nº 13.303 de 2016, impedida pela União, conforme disposto na Lei nº 10.520 de 2002, ou declarada inidônea, nos termos da Lei nº 8.666 de 1993, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
7. a empresa cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa pela Conab, nos termos da Lei nº 13.303 de 2016, impedida pela União, conforme disposto na Lei nº 10.520 de 2002 ou declarada inidônea nos termos da Lei nº 8.666 de 1993, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
8. a empresa que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
9. os interessados proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
10. a sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País, bem como os estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
11. a empresa cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto deste credenciamento;
12. a empresa que se encontre em processo de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação, fusão, cisão, ou incorporação;
13. as entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
14. o próprio empregado ou dirigente da Conab, como pessoa física, que participe em procedimentos licitatórios na condição de licitante;
15. a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com dirigente da Conab; empregado da Conab cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação e autoridade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
16. empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Conab há menos de 6 (seis)meses.

# DA VINCULAÇÃO

* + 1. Consideram-se integrantes da contratação o Termo de Referência, o Edital de Credenciamento, o Contrato, a Carta de Proposta de Serviços da CONTRATADA, todos os anexos mencionados acostados ao Edital de Credenciamento, e demais documentos pertinentes, independente de transcrição.

# DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

* + 1. Aplicar-se-á, inclusive aos casos omissos, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, o Regulamento de Licitações e Contratos – RLC, e respectivas alterações, bem como demais legislações pertinentes em vigor referente ao exercício dos serviços, objeto deste Credenciamento, e consignada nos Conselhos Federais e Regionais das respectivas Classes Profissionais, bem como dos próprios Códigos de Ética, Código Civil Brasileiro, Código Penal Brasileiro e Resoluções da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e demais órgãos competentes.
		2. O CONTRATO decorrerá por Inexigibilidade de Licitação, amparado no Art. 30, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e arts. 421, 425 a 432 do RLC da Conab, e alterações posteriores.

# DA PUBLICAÇÃO

* + 1. A publicação do extrato do contrato deverá ser providenciada pela CONTRATANTE até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da sua assinatura no Diário Oficial da União, conforme disposto no artigo 480 do Regulamento de Licitações e Contratos da CONAB.

# DO FORO

* + 1. As partes elegem o foro da circunscrição da Justiça Federal de Teresina-PI, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas, omissões e solucionar conflitos que porventura surjam na execução deste instrumento contratual, que não puderem ser resolvidas de forma amigável.

Elaborado por: Revisado por:

**THISSIANE MARLA ALVES CAVALCANTE**

Assistente Técnico Administrativo

**RICARDO MONTEIRO DA SILVA COSTA**

Encarregado Seade

# ANEXO I – MATRIZ DE RISCOS

|  |
| --- |
| **Mapa de Riscos da Contratação** |
|  | **Identificação** | **Avaliação5** | **Tratamento ao Risco** |
|  | Fases¹ | Evento de Risco² | Causas³ | Consequências4 | Probabilidade | Impacto | Nível deRisco6(P)x(I) | Resposta ao Evento de Risco7 | Responsável8 |
| 1 | Planejamento | Erro na Elaboração do Termo de Referência | Falta de Conhecimento. Erro no preenchimento | Possibilidade de pagamento indevido ao contratado.Desvio do objeto do contrato.Processo Interno de Apuração de Responsabilidade | 1 | 3 | 3 | Revisão minuciosa do Termo de Referência.Estabelecimento de cronograma para realização de credenciamento. | Contratante |
| **2** | Seleção de fornecedores | Falta de fornecedores | Forma de prestação de serviço fora da realidade de mercado, com condições excessivas e desnecessárias. | Atraso na disponibilização do serviço. | 1 | 3 | 3 | Planejar a contratação, evitando excesso condições que restrinjam a competição | Contratante |
| 3 | Gestão do Contrato | Apresentação de documentação falsa ou vencida no ato do credenciamento. | Má fé ou inobservância da Proponente. | Contratação de empresa e/ou profissional indevidos | 1 | 1 | 1 | Apresentação de Documentos originais com cópias autenticadas em cartório, ou verificação no ato do recebimento conferindo com os originais.Consulta em sites de órgãos oficiais. | Contratada |
| 4 | Gestão do Contrato | Falha na conferência da documentação apresentada | Desatenção no ato da conferência dos documentos. | Contratação de empresa e/ou profissional indevidos Possibilidade de pagamento indevido ao contratado Processo Interno de Apuração deResponsabilidade | 1 | 1 | 1 | Revisão minuciosa da documentação | Contratante |
| 5 | Gestão do Contrato | Não cumprimento do prazo estabelecido no RLC para pagamento | Falta de tempo hábil para conferência e análise das faturas.Falta de recursos humanos suficientes para dar vencimento nasrotinas. | Necessidade de cautela durante a análise técnica. Trâmites burocráticos necessários durante o processo. | 4 | 4 | 8 | Necessidade de prorrogação do prazo estabelecido pelo RLC, haja vista a prática habitual da operação de saúde suplementar prever pelo menos 40 dias. | Contratante |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| 1 Descrição do objeto previsto para contratação. |  |  |
| 2 O evento de risco incerto que, se ocorrer, afeta a realização dos objetivos da contratação. |  |  |
| 3 Condições que viabilizam a concretização de um evento de risco. |  |  |
| 4 Identificação de quais são as consequências no caso da ocorrência do risco. |  |  |



|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| 5 A avaliação da probabilidade e do impacto deverá ser analisada em uma escala de 1 a 5, conforme definida na tabela abaixo. |  |  |
|  |  |  |
| **Escala de probabilidade** |  | **Escala de impacto** |
| **Descritor** | **Descrição** | **Nível** |  | **Descritor** | **Descrição** | **Nível** |
| Muitobaixa | Evento extraordinário, sem histórico de ocorrência. | 1 |  | Muito Baixo | Impacto insignificante nos objetivos. | 1 |
| Baixa  | Evento casual e inesperado, muito embora raro, há histórico de sua ocorrência. | 2 |  | Baixo  | Impacto mínimo nos objetivos. | 2 |
| Média  | Evento esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido. | 3 |  | Médio  | Impacto mediano nos objetivos, com possibilidade de recuperação. | 3 |
| Alta  | Evento usual, com histórico de ocorrência amplamente conhecido. | 4 |  | Alto  | Impacto significante nos objetivos, com possibilidade remota de recuperação. | 4 |
| MuitoAlta | Evento repetitivo e constante. | 5 |  | MuitoAlto | Impacto máximo nos objetivos, sem possibilidade de recuperação. | 5 |

6 Após o resultado do cálculo de probabilidade x impacto será obtido o nível do risco, que poderá ser classificado como baixo, médio, elevado e extremo, conforme tabela abaixo:

**Nível de risco**

1 – 2

3 – 6

8 – 12

15 – 25

Baixo

Médio

Elevado Extremo

Tratar o risco consiste em propor ações para prevenir, transferir, mitigar ou aceitar o risco. Neste campo, deve-se descrever a ação/resposta mais adequada para o tratamento do risco identificado.

Identificar o responsável ou responsáveis pela ação proposta.

Elaborado por: THISSIANE MARLA ALVES CAVALCANTE Conferido por: Ricardo Monteiro da Silva Costa

 Assit. Técnico Administrativo Encarregado Seade

**ANEXO II - MINUTA DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

CT/CONAB/SUREG/PI/Nº

TERESINA-PI, de de 2019.

Ao

Sr. Prestador

Declaramos para os devidos fins que , CNPJ , atendeu aos requisitos exigidos no processo de credenciamento para prestação de serviços aos beneficiários do Serviço de Assistência à Saúde da Conab, publicado por meio do Edital nº xx/2019.

Apresente Declaração de Habilitação para Credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua emissão, podendo ser prorrogado por igual período, por interesse da Conab, desde que mantidas as mesmas condições do momento da habilitação.

Outrossim, cumpre-nos reiterar que tal habilitação não implica na obrigação de contratação.

Atenciosamente,

**ANEXO III - MINUTA DE DECLARAÇÃO DE INABILITAÇÃO**

CT/CONAB/SUREG/PI

TERESINA-PI, de de 2019.

À(o) Sr. Prestador

Com relação ao processo de credenciamento para prestação de serviços aos beneficiários do Serviço de Assistência Médica – SAS da Conab, publicado por meio do Edital nº 001/2019, cumpre-nos informá-los de que não será possível o credenciamento de Vossa Senhoria em virtude do não atendimento do(s) seguinte(s) requisito(s):

a)

b)

c)

Assim, agradecemos a sua participação, ao tempo em que informamos que fica garantido o direito de interposição de recurso,no prazo de 10 (dez) dias contados a partir desta, e que a documentação que nos foi apresentada permanecerá arquivada e à disposição de Vossa Senhoria, após o citado prazo de recurso.

Atenciosamente,

**ANEXO IV – MINUTA CARTA DE APRESENTAÇÃO**

À COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB

Setor de Administração e de Recursos Humanos da Sureg/PI

Pela presente Proposta de Serviços, vimos oferecer aos empregados da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB, os nossos serviços profissionais, comprometendo-nos a receber, em nossas instalações, por intermédio de nosso corpo de profissionais, os beneficiários do Serviço de Assistência à Saúde da Conab, para prestar os serviços relacionados no Termo de Referência - ANEXO I do Edital nº 001/2019.

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

Nome: Razão Social:

Código CNES: E-mail:

Nome Fantasia:

Endereço: Nº Bairro:

CEP: Cidade: UF:

CNPJ: Inscrição Estadual:

Telefone1:

Telefone2:

E-mail:

Conselho de Classe: Número de Registro: Banco Nº e Nome:

Agência Nº e Nome:

Conta Corrente:

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome:

Naturalidade: Estado Civil:

Profissão: Conselho de Classe: Nº CPF: RG: E-mail:

Endereço: NºBairro:

CEP: Cidade: UF:

Telefone1: ( ) Telefone2: ( )

Para todos os fins de direito, declaramos que:

1. Estamos cientes e concordamos com as condições estabelecidas no Edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 002/2019, e no Termo de Referência, inclusive quanto aos protocolos operacionais, prazos, tabelas referenciais adotadas, e as formas de pagamento e reajuste.
2. Comprometemo-nos fornecer à Conab quaisquer informações ou documentos solicitados referentes aos serviços prestados aos beneficiários.
3. Temos o conhecimento de que nos é vedado cobrar honorários, a qualquer titulo, direta ou indiretamente dos beneficiários, pelos serviços cobertos conforme o referido Edital e Termo de Referência, exceto para os eventos excluídos do rol de procedimentos cobertos pelo Termo.
4. Informaremos, de imediato, toda e qualquer alteração que venha a ocorrer em nossos dados cadastrais, nos responsabilizando totalmente pela inobservância deste item.
5. A prestação dos serviços a que nos propomos não implicará em qualquer vinculação empregatícia com a Conab, não podendo, portanto, pretender ou exigir vantagens daí decorrentes.

Para a análise e decisão sobre o referido credenciamento, anexamos cópia da documentação exigida no Edital citado.

 , de de2019.

Assinatura do Representante da Proponente

**ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO**

|  |  |
| --- | --- |
| **PROCESSO ADMINISTRATIVO****Nº /201 -** CONTRATO DE CREDENCIAMENTONº /  | CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VACINAÇÃO CONTRA A INFLUENZA QUE ENTRE SI CELEBRAM **A COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB E A CLÍNICA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_** |
| AUTORIZADO PELO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃONº /  | (INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: DO ART. 421 DO RLC Nº10.901/2017). |

A **COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB**, pessoa jurídica de

direito privado, com registro de autogestão patrocinada singular em saúde, sem fins lucrativos, na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS sob o nº 33.418-9, inscrita no CNPJ sob o nº 26.461.699/0386-68, situada à Rua Honório de Paiva, 475-A/Sul - Piçarra - Teresina/PI - CEP: 64001-510 doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pela Superintendência Regional do Piauí,\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ , nacionalidade, estado civil, profissão, portadora(o) da cédula de identidade – RGnº – expedido pela SSP/\_\_\_\_, inscrita(o) no CPF/MF sob o nº , e de outro lado, o Estabelecimento de Saúde, instituído pela Portaria SAS/MS nº 511, de 29/12/2000, Cidade-OF, CEP:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, infra-assinado, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si, justo e contratado as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

* 1. O objeto do presente Contrato é o credenciamento para a prestação de serviços hospitalares e ambulatoriais especializados pela **CONTRATADA** destinados aos **TITULARES.**
	2. O escopo do presente Contrato consiste em:
1. **Procedimento:** Clínica de Imunização contra Influenza.
2. **Regime de atendimento:** O atendimento será realizado nas dependências da **CONTRATADA**, Cidade – UF, CEP: 00000-000. Telefones:(XX) \_\_\_\_\_\_\_\_\_

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS BENEFICIÁRIOS**

* 1. São Beneficiários para efeito de utilização do Serviço de Assistência à Saúde – SAS relacionado a Vacinação Influzenza 2019 da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab somente os **TITULARES:**
		1. **TITULARES**
1. empregados do quadro de pessoal da Companhia;
2. membros da Diretoria, não pertencentes ao quadro de pessoal próprio, enquanto permanecerem nos cargos;
3. pessoal contratado para o exercício de função de confiança na Companhia, enquanto permanecerem nas funções;e
4. empregados de outros órgãos, à disposição da Companhia, com ônus para esta.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA IDENTIFICAÇÃO E DO ATENDIMENTO**

5.1 Conforme previsto nos Itens **04 – Das Definições e 10 – Do Atendimento** do Termo de Referência –TR.

**CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO**

8.1 Por se tratar de benefício de assistência à saúde, são indeterminadas as despesas a serem contraídas, restando prejudicada a sua estimativa.

**CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

9.1 O Contrato terá vigência de 5 (cinco) anos, a partir da data de sua assinatura.

**CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

10.1 Não se exigirá prestação de garantia para a execução contratual.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

11.1 Conforme disposto nos Itens 14, 15 e 16 do Termo de Referência – TR, bem como no RLC.

**CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1 As despesas decorrentes com o futuro credenciamento correrão à conta do PTRES Nº: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_; Natureza de Despesa: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_– Serviços de Terceiros– Pessoa Jurídica, Fonte: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_;

**CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA**

13.1 Conforme disposto nos Itens 18 e 19 do Termo de Referência – TR.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA APRESENTAÇÃO DA ANÁLISE, DA GLOSA E DO RECURSO DAS FATURAS**

14.1 Conforme disposto no Item 20 do Termo de Referência – TR.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO LOCAL DE ENTREGA DA NOTA FISCAL/FATURA DE SERVIÇOS**

15.1 A Fatura de Serviços deverá ser entregue e protocolada na sede da Sureg/PI Rua Honório de Paiva, 475-A/Sul - Piçarra - Teresina/PI - CEP: 64001-510

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REMUNERAÇÃO E DO PAGAMENTO DOS SERVIÇOS**

16.1 Conforme disposto no Item 21 do Termo de Referência – TR.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

18.1 Conforme disposto no Item 24 do Termo de Referência – TR.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

19.1 Conforme disposto no Item 25 do Termo de Referência – TR.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO**

20.1 Conforme disposto no Item 26 do Termo de Referência – TR.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

21.1 Não será admitida a subcontratação do objeto do credenciamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA MATRIZ DE RISCOS**

* 1. MATRIZ DE RISCOS é a cláusula contratual definidora dos riscos e das responsabilidades entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA e caracterizadora do equilíbrio econômico financeiro na execução do contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.
	2. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste, conforme hipóteses não-exaustivas elencadas na MATRIZ DE RISCO – ANEXO I do Termo de Referência.
	3. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste quando estes competirem à CONTRATANTE, conforme estabelecido na MATRIZ DE RISCO – ANEXO I do Termo de Referência.
	4. A MATRIZ DE RISCOS – ANEXO I do Termo de Referência constitui peça integrante do contrato, independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ALTERAÇÃO**

23.1 Conforme disposto no Item 29 do Termo de Referência – TR.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

24.1 Conforme disposto no Item 30 do Termo de Referência –TR.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS VEDAÇÕES**

25.1 Conforme disposto no Item 31 do Termo de Referência –TR.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO**

26.1 Consideram-se integrantes da contratação o Termo de Referência, o Edital de Credenciamento, o Contrato, a Carta de Apresentação da Documentação da CONTRATADA, todos os anexos mencionados acostados ao Edital de Credenciamento, e demais documentos pertinentes, independente de transcrição.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

* 1. Aplicar-se-á, inclusive aos casos omissos, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, o Regulamento de Licitações e Contratos – RLC, e respectivas alterações, bem como demais legislações pertinentes em vigor referente ao exercício dos serviços, objeto deste Credenciamento, e consignada nos Conselhos Federais e Regionais das respectivas Classes Profissionais, bem como dos próprios Códigos de Ética, Código Civil Brasileiro, Código Penal Brasileiro e Resoluções da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e demais órgãos competentes.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DOS ENCARGOS DE NATUREZA TRIBUTÁRIA**

* 1. A **CONTRATADA** será responsável por todos os encargos de natureza tributária incidentes sobre os valores dos serviços prestados, permitindo ao **CONTRATANTE** efetuar as retenções e os recolhimentos previstos em lei.
	2. Caso a **CONTRATADA** goze de imunidade ou de isenção tributária deverá comprovar, em tempo hábil, esta condição perante a **CONTRATANTE**, por intermédio da apresentação de declaração contendo firma reconhecida de seu representante legal na qual consubstancie, sob as penas da lei, a sua responsabilidade pela regularidade de sua situação fiscal. A entrega intempestiva obrigará a **CONTRATANTE** a efetuar a devida retenção e recolhimento dos encargos, devendo a **CONTRATADA** postular sua devolução junto ao órgão governamental pertinente.
	3. A apresentação da referida declaração válida de que trata este item deverá ocorrer a cada apresentação de faturamento, sendo uma para cada Nota Fiscal emitida.
	4. **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
	5. O atendimento prestado pela **CONTRATADA** aos beneficiários da **CONTRATANTE** em desacordo com as cláusulas e condições do presente instrumento não será de responsabilidade da **CONTRATANTE** para efeito de pagamento das despesas.
	6. A aceitação, por parte da **CONTRATANTE**, de quaisquer serviços ou procedimentos da **CONTRATADA** em discordância com o que está pactuado no presente instrumento, será ato de discricionariedade da **CONTRATANTE** e não importará em nenhuma hipótese em novação de direitos pela **CONTRATADA** em relação ao Contrato firmado.
	7. As partes se comprometem, quando requisitadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS a fornecer todas as informações solicitadas, sempre observando as questões éticas e de sigilo profissional.
	8. O CONTRATO decorrerá por Inexigibilidade de Licitação, amparado no Art. 30, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e alterações posteriores.
	9. A **CONTRATANTE** respeitará a autonomia técnica da **CONTRATADA**, podendo, contudo:
		1. Indicar auditor para constatação dos procedimentos a serem realizados;
		2. Fiscalizar suas instalações e equipamentos;
		3. Comprovar a realização dos serviços prestados;
		4. Examinar toda e qualquer documentação que possa servir como comprovação do exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente Contrato.
	10. A **CONTRATANTE** e seus beneficiários deverão respeitar e obedecer ao Regulamento Interno da **CONTRATADA**, bem como, as normas e rotinas que venham a ser editadas, desde que não conflitantes com os termos e condições do presente Contrato.
	11. A **CONTRATADA** autoriza a inclusão de sua denominação social, nome fantasia, endereço completo com CEP e telefones, bem como dos médicos integrantes de seu corpo clínico e respectivas áreas de especialização, dias e horários de atendimento em manual a ser divulgado junto aos beneficiários da **CONTRATANTE**.
	12. Caso a **CONTRATANTE** venha a ser acionada judicialmente em decorrência de qualquer desses atendimentos, fica-lhe assegurada o direito de regresso, nos termos da lei, em face da **CONTRATADA**, por quaisquer indenizações ou pagamentos que lhe venha a ser impostos, inclusive por custas, despesas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo da **CONTRATANTE** requerer indenização pelos danos causados ao seu nome e à sua imagem.
	13. A **CONTRATADA** se obriga a informar à **CONTRATANTE** sobre quaisquer alterações ocorridas em seu corpo clínico, bem como na sua diretoria clínica.
	14. A **CONTRATADA** aceitará que médicos e/ou paramédicos não pertencentes ao seu corpo clínico possam atender aos beneficiários da **CONTRATANTE**, com direito a usufruir plenamente das instalações e serviços.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO**

30.1 A publicação do extrato do contrato deverá ser providenciada pela CONTRATANTE até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da sua assinatura no Diário Oficial da União, conforme disposto no artigo 480 do Regulamento de Licitações e Contratos da CONAB

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DO FORO**

* 1. As partes elegem o foro da circunscrição da Justiça Federal de Teresina- PI, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas, omissões e solucionar conflitos que porventura surjam na execução deste instrumento contratual, que não puderem ser resolvidas de forma amigável.
	2. E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor para um só efeito legal, o qual após lido e achado conforme, segue assinado pelas partes nas presenças das testemunhas a seguir indicadas, que a tudo assistiram.

Teresina-PI de de .

Danilo Rocha Brito Viana

Gerente de Finanças e Administração

Alysson Silva Pêgo

Superintendência de Relações do Trabalho

Superintendente

Representante Legal/Clínica

**TESTEMUNHAS:**

Nome:

**ENTREGA DE FATURAMENTO – DIAS, HORÁRIOS E LOCAIS**

1. Os prestadores de serviços assistenciais em saúde, atuantes nas áreas e/ou segmentos adiante elencados, deverão entregar o faturamento, exclusivamente, na sede da Sureg/PI: Av. Honório de Paiva, 475 - Piçarra, Teresina - PI, 64074-994 , do 1º ao 5º dia útil do mês e das 8h às 11h e das 14h às17h.

**ANEXO VI - MINUTA DE AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO**

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE VACINAÇÃO CONTRA INFLUENZA.

 A COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB, Empresa Pública Federal com personalidade jurídica de direito privado, registro na ANS 33.418-9, por meio de sua Diretoria de Gestão de Pessoas, CNPJ: 26.461.699/0386-68 , localizada à Rua Honório de Paiva, 475-A/Sul - Piçarra - Teresina/PI - CEP: 64001-510 torna público que estará credenciando, a partir da data especificada no Edital de Chamamento Público para Credenciamento, pessoas jurídicas prestadoras de serviços de vacinação contra a Influenza, aos beneficiários do Serviço de Assistência à Saúde – SAS.

 O credenciamento terá vigência pelo período de 5 (cinco) anos, a contar da assinatura do Contrato de Credenciamento, observados os pré-requisitos constantes do referido Edital que se encontra à disposição dos interessados no endereço eletrônico da Conab: [www.conab.gov.br,](http://www.conab.gov.br/) contendo a relação de documentos e as demais condições necessárias à habilitação.

 O credenciamento somente se efetivará após parecer favorável da área responsável da Conab e da assinatura do Contrato de Credenciamento.

Teresina – PI, 18 de junho de 2019.

**ALYSSON SILVA PÊGO**

**Superintendência Regional do Piauí**

**Superintendente**

**ANEXO VII – MODELO DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO**

A Proponente abaixo identificada DECLARA, estar ciente da vedação do nepotismo conforme disposto na Lei n.º**13.303 de 30 de junho de 2016**, e que, em consequência, não infringe nenhum dos seus dispositivos.

Identificação

Empresa: CNPJ:

Signatários(s): CPF:

Teresina - PI, de de 2019.

 (Representante Legal)



**ANEXO VIII - MINUTA DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO CONTRATA MENOR DE 18 ANOS**

Teresina - PI, de de 2019.

A Proponente abaixo identificada **DECLARA**, para fins do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, e no inciso V do Art. 300 do RLC, que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14(quatorze) anos, e está ciente que a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta, ao emprego de menor ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas na lei e no Edital.

Atenciosamente,

 (Representante Legal)



Teresina - PI, de de 2019.

A Proponente, para fins de participação no Edital de Credenciamento nº 002/2019 da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, declara, sob as penas da Lei, que não existem fatos supervenientes à data da entrega dos documentos exigidos para fins de credenciamento, nem tampouco impeditivos de sua participação na pré-habilitação para o Credenciamento, e se compromete a comunicar à **CONAB** qualquer fato que venha a prejudicar, inclusive durante sua possível atuação com o **CREDENCIANTE.**

E, por ser a expressão fiel da verdade, firma a presente.

Atenciosamente,

(Representante Legal)



Consoante autos do **Processo Conab nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, ouvida à **Procuradoria,** e tendo em vista a atribuição conferida pelo **Art.432 do RLC da Conab**, **DECLARO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, com amparo nos **arts. 421, 425 a 432 do RLC da Conab,** e alterações posteriores, referente ao Contrato de Credenciamento destinado à **pessoa jurídica com razão social denominada \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ , CNPJ 00.000.000/0000-00**, visando a **contratação de serviços especializados em distribuição e aplicação de vacina influenza,** pelo período de **5 (cinco) anos**, condicionada à existência, em cada ano, de dotação orçamentária para fazer face às despesas dele decorrentes, para atender demanda da Área Responsável**.**

Teresina - PI, de de 2019.

Alysson Silva Pêgo

Superintendência Regional do Piauí

Superintendente

**ANEXO XI – DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**

**Pessoa Jurídica**

1. **Carta Proposta contendo os seguintes informes:**
	* Endereço completo com CEP.
	* Telefone e endereço eletrônico.
	* Mencionar o nome dos Responsáveis**: Legal/Administrativo e Técnico(s)** na carta proposta.
	* Mencionar o Corpo Clínico com suas respectivas especialidades
	* Horário de atendimento.
	* Mencionar os Dados Bancários da Empresa
	* Discriminação dos equipamentos
	* Discriminação dos serviços com códigos e seus valores
	* Informações adicionais julgadas importantes

\* Mencionar quando ocorreu a última alteração contratual do Estabelecimento.

Ainda que não tenha havido nenhuma atualização, esta informação, também, deverá ser citada na carta proposta.

OBS: A Carta Proposta deverá ser datada e assinada.

1. **Documentação do Responsável Legal e Administrativo:**
	1. Cópia da Carteira de Inscrição no Conselho Regional de Classe
	2. Cópia do CPF e Carteira de Identidade (quando não constar no documento acima)
2. **Documentação do Estabelecimento de Saúde:**

3.1) Comprovante de dados bancários; 3.2) Comprovante de endereço;

* 1. Contrato Social e Última Atualização Contratual, se houver, devidamente registrado na junta comercial;
	2. Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
	3. Alvará de Funcionamento;

3.6) Certificado de Inscrição de Pessoa Jurídica no Conselho da Categoria;

3.7) Licença de Funcionamento da Vigilância Sanitária vigente;

* 1. Termo de Responsabilidade Técnica do CRM- DF;
	2. Documentação dos Responsáveis Técnicos que estiverem incluídos na Licença de Funcionamento da Vigilância Sanitária:

Termo de Responsabilidade Técnica

Carteira de Inscrição no Conselho Regional de Classe (cópia frente e verso) Diploma de graduação (cópia frente e verso)

Título de Especialidade (cópia), se for o caso.

Declaração de “Nada Consta” do respectivo Conselho de Classe.

Curriculum Atualizado e Simplificado – Assinado e datado

1. **Documentos do Corpo Clínico fixo:**

4.1) Carteira de Inscrição no Conselho Regional de Classe (cópia frente e verso)

4.2) Diploma de Graduação (cópia frente e verso)

* 1. Título de Especialidade(cópia)
	2. Declaração de “Nada Consta” do respectivo Conselho de Classe

OBS: Em caso do Corpo clínico ser aberto e rotativo, não há necessidade de se apresentar a documentação acima. Basta enviar, somente, uma relação com Nome, CPF, nº do Registro no Conselho de Classe e Especialidade.

1. **Comprovantes e Certidões Negativas:**
	1. Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES), atualizado.
	2. CertidãoNegativadeDébitosRelativosaosTributosFederaiseàDívidaAtivadaUnião5.3) Certificado de Regularidade do FGTS
	3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas– site:[www.tst.gov.br](http://www.tst.gov.br/)
	4. Comprovante de Inscrição de Situação no Cadastro Fiscal do Estado atualizada
	5. Certidão Negativa de Débitos Estaduais
	6. Certidão Negativa de Débitos Municipais
	7. Isenção de Impostos (IR, CSLL, COFINS,PIS/PASEP,ISS), apresentar os comprovantes,se for ocaso.

## *Observações:*

1. É necessário que todas as empresas de serviços e mercadorias que são fornecedoras do Governo Federal tenham cadastro no **Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF).** Caso ainda não possua, o pré-cadastro pode ser feito no site:[WWW.COMPRASNET.GOV.BR](http://www.comprasnet.gov.br/)e a sua conclusão poderá ser realizada em qualquer instituição federal.
2. Por força da legislação pertinente, a cada renovação contratual será exigida a atualização de toda a documentação exigida para convênio.
3. Por gentileza colocar os documentos na ordem da solicitação.

**É exigido que os títulos e certificados sejam de órgão de representação com legitimidade perante as autoridades oficiais do Brasil.**